



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Compete ao Órgão Público Municipal uma série de atribuições e serviços a serem desempenhados em atendimento das necessidades do Município, sejam elas na área de educação, saúde, assistência social, manutenção da cidade e etc. Dentre os vários serviços destaca-se o de Transporte Coletivo Público de Passageiros-TCPP, sendo este uma obrigação legal do Órgão Público Municipal em manter a disposição dos munícipes um TCPP adequado, e para tal o mesmo (Município), para atendimento legal e por ser um menor investimento, terceiriza sob a contratação na modalidade de concessão de empresa para prestação de serviço de TCPP. A formalização de uma Concorrência Pública viabilizará o atendimento desta necessidade.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Há previsão da contratação no Plano de Contratações Anual.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: A prestação dos serviços de TCPP no Município deverá ser feito por empresa qualificada para tal, seguindo os padrões e critérios elencados no Termo de Referência (Projeto Básico e suas alterações), do Edital e do Contrato constante no processo licitatório a ser elaborado.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: A prestação dos serviços se dará por um período inicial de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos. Devendo a empresa contrada (Concessão), além de atender ao Edital e Contrato, deverá seguir o que prescreve no Projeto Básico, devendo também atender na íntegra todas as Linhas/Horários definidos neste.

As Linhas/Horários são resultantes dos levantamentos, estudos e montagem do Projeto Básico, elaborado parte pela empresa FUNDATEC (contratada para tal) e parte pela equipe técnica do Município.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Foi contratada uma empresa para fazer um estudo e montagem de um Projeto Básico relativo ao TCPP no Município. A empresa contratada foi a FUNDATEC a qual procedeu através de seus consultores, pesquisas de campo, estudos preliminares em conjunto com os técnicos do Município, audiência pública para apresentação do Projeto Básico aos munícipes e



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

levantamentos de insumos básicos para composição do valor do km rodado.

Após feitos as pesquisas, levantamentos e análises conjuntas com os envolvidos diretamente com o TCPP no Município, concluiu-se ser a melhor forma de concessão de TCPP no Município (tendência atual para ser em todos os Municípios) no formato de “valor pelo km rodado”, qual seja, através da planilha denominada “planilha GEIPOT”, fornecida pelo Ministério dos Transportes e é atualmente a mais usada pela maioria dos Municípios para apurar o valor do km rodado. Sua matriz de riscos atende suficientemente o tamanho do projeto desenvolvido para o Município de Campo Bom, que deverá contar com uma frota de 8 veículos operantes e 1 veículo de backup. Utilizou-se dos levantamentos dos insumos básicos atualizados para abastecer a planilha GEIPOT que ao final gerou um valor base para o km rodado, e este será utilizado como base inicial para definição da empresa que vencerá a concessão de TCPP no Município, sendo a disputa entabulada para a empresa que apresentar o maior desconto sobre o valor km rodado básico.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, como foi descrito no item 5 acima, através da “Planilha GEIPOT” é gerado o valor base para o km rodado, e este servirá como valor inicial no processo licitatório, qual seja, cada participante ofertará um desconto a ser aplicado neste (valor inicial do km rodado), o que ofertar o maior desconto e atender todas cláusulas do edital, do contrato e do projeto básico e suas alterações, este será o vencedor. O valor estimado é o levantado por meio da planilha conforme projeto elaborado e revisado pela equipe técnica do Município em conjunto com a equipe técnica da FUNDATEC.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: A disponibilização de Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município é obrigação constitucional dos Municípios conforme inciso V do artigo 30 da Constituição Federal de 1988.

No dispositivo legal é indicado que o Município poderá oferecer transporte coletivo por meio de concessão ou permissão.

Por outro lado é público e notório que o transporte coletivo de passageiros não possui mais condições de manutenção sem o apoio financeiro governamental, não havendo condições de seu fornecimento sem o subsídio governamental.

Neste sentido, percebe-se claramente a necessidade de se falar em concessão para o Transporte Coletivo, limitando-se a operação por apenas uma empresa a qual deve receber condições de operabilidade para atendimento do sistema.

Para tanto, visando a organização estudou-se as formas de operação. Identificou-se de plano a necessidade de definir a forma justa de remuneração para trazer sustentabilidade à operação.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Hoje, com o desenvolvimento tecnológico de ferramentas para o transporte público, para muito além de identificar os quilômetros rodados, é possível a identificação do número de passageiros e dos valores de passagens pagas.

Assim, a definição da remuneração por quilômetro rodado, descontando-se dela o valor recebido por vendas de passagens, atribui a justa remuneração da empresa que operar o sistema.

A definição, pelo Município, das linhas a serem operadas, permite também o controle da operação, realizando o atendimento da população dentro dos limites do que é possível/necessário tendo-se em conta o vultoso valor a ser subsidiado para a operação dos sistema.

Assim, descreve-se a solução como o atendimento do Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município de Campo Bom para atendimento da mobilidade da população em seus mais variados bairros.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: O objeto contratado é realizado por meio de um sistema completo de transporte público de passageiros não sendo possível licitar por cada uma das linhas. Como as linhas possuem horários diferentes, é possível o aproveitamento dos mesmos veículos em diferentes linhas, facilitando a composição do sistema. O aumento do número de veículos na licitação provocaria efeitos relevantes no cálculo realizado pela planilha GEIPOT elevando consideravelmente o valor do quilômetro rodado.

Além disso, a Lei Municipal que dispõe sobre o sistema de transporte coletivo público de passageiros estabelece a necessidade de 10% de veículos reserva. Licitado em lotes separados, o volume de veículos reservas deveria ser calculado por lote, o que também acarretaria o aumento do número de veículos disponíveis, elevando o valor contratado e trazendo severa desvantagem à administração.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Buscar a maior abrangência possível de disponibilidade de TCPP aos munícipes e no menor subsídio (Subvenção Econômica).

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Os servidores da Secretaria já são capacitados para a fiscalização do contrato sendo desnecessário providências prévias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Não há no âmbito Municipal contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência, salvo o contrato emergencial de TCPP no Município de nº 162/2024 que será encerrado a partir da contratação por meio da presente licitação.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021), estão detalhados e com as respectivas exigências no “Projeto Básico” que compõe o edital.

13 - POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pleiteada é viável e necessária, conforme o Estudo Técnico Preliminar apresentado. Trata-se de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS necessário para o Transporte Coletivo Público de Passageiros (TCPP) de Campo Bom/RS.

Campo Bom, 10 de outubro de 2025

Wilson de Almeida
Fiscal de contrato

Gustavo Piazer
Fiscal de contrato